

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NA ATIVIDADE TURÍSTICA

FORTUNATO, Rafael Angelo

Docente do curso de Turismo da ACEG, bacharel em Turismo – UNIMAR, especialista em Educação Ambiental – FSP/USP e mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

### Resumo

A atividade turística tem encontrado dificuldades enquanto a distribuição de renda e a proteção do patrimônio ecológico, os reflexos desses desequilíbrios são a saturação e o declínio dos atrativos, devido aos vários problemas decorrentes de uma prática de cunho estritamente economicista. Na esperança de transformar tais cenários, o presente artigo apresenta a importância da educação para que a população possa utilizar instrumentos que regulem o mercado e o estado para contribuir com a construção de sociedades sustentáveis.

**Palavras-chave:** Educação, turismo, planejamento participativo

### Abstract

The tourist activity has found difficulties while the distribution of income and the protection of the ecological patrimony, the consequences of these lacks of balance are the saturation and the decline of the tourist attractive, it occurs because of many problems occasioned by practices mainly related with commercial exploration. Expecting to transform these scenes, the present article presents the importance of the education, emphasizing the necessity that the population can use instruments that regulate the market and the state and also to contribute with the construction of sustainable societies.

**Key-words:** Education, tourism, participative planning

## 1. Introdução

O turismo é um dos setores econômicos que mais cresce na atualidade, e se apresenta como capaz de promover justiça social, distribuindo renda à população local, tendo em vista o fato de que movimenta cinquenta e quatro setores da economia.

No entanto, ele pode apresentar alguns problemas no que se refere à falta de sustentabilidade, ou seja, a incapacidade de atender às necessidades das gerações futuras, pois em alguns pólos turísticos brasileiros, a atividade vem tendo seu ponto de saturação, provocando, assim, desequilíbrios ambientais, em suas dimensões social, econômica, tecnológica, cultural e política.

Nesses municípios, depois da saturação, ocorre um certo declínio da atividade, os turistas passam a sofrer com a violência e com a falta de infraestrutura, e o poder público e a população local enfrentam grandes problemas a serem resolvidos. Contudo, os mesmos poderiam ser amenizados caso a cultura de participação popular fosse mais difundida.

Acreditamos, pois, que tais desequilíbrios ocorrem pela falta de investimentos em setores estratégicos da sociedade como a educação popular ou a educação ambiental, tendo em vista o fato de que ambas fortalecem o sentido de comunidade, enfatizando a regulação do mercado e do estado através do planejamento participativo, da gestão ambiental e da economia solidária.

A educação deve criar uma cultura política onde os munícipes possam passar da democracia representativa (simples voto popular) para democracia participativa que atua em processo de co-gestão com o poder público.

Nesses moldes, a sustentabilidade da atividade começa a ser direcionada para construção de sociedades sustentáveis, almejando que a comunidade presente seja atendida em suas necessidades, sem comprometer os recursos destinados à comunidade futura.

Vejamos a seguir, como funciona cada instrumento de regulação e a importância da educação para sua operacionalização.

## 2. Educação e Planejamento participativo

as competências dos entes federativos são definidas em lei; porém, a lei não faz milagres. Educação ambiental e ética ambiental são indispensáveis. O exercício da cidadania, com seus direitos e deveres agregados, é a mola propulsora da participação da comunidade (COIMBRA, 2002, p.464)

Todo cidadão deve ter consciência política para direcionar seu projeto de vida e de seus semelhantes à satisfação das necessidades elementares (educação, saúde, lazer, moradia, trabalho e alimentação) para que tenham uma sadia qualidade de vida.

No entanto, como nos apresenta Beni (2006, p.59), "...a apatia e a falta de consciência sobre os problemas socioculturais, econômicas e políticos entre as bases é resultado de anos, muitas vezes de séculos de exclusão acerca dos assuntos que afetam sua dignidade"

A construção dessa consciência é essencialmente uma função da educação ambiental em consenso com a educação popular, já que as mesmas organizam a população para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Assim, definimos como um dos objetivos da educação, a conquista da democracia direta por meio de uma reflexão crítica, para que a mesma possa ser exercida em níveis cada vez mais elevados, diminuindo-se as distâncias entre os que planejam, os que tomam as decisões nos governos e os que executam e sofrem as conseqüências na base.

Hoje no Brasil, ao invés da democracia direta, vivemos sob a égide da democracia representativa, Boaventura de Souza Santos, comentando a democracia representativa diz: "... a redução da participação política ao exercício do direito de voto levanta a questão da representação. A representação

democrática assenta-se na diferenciação e mesmo na opacidade entre representante e representado” (SANTOS, 2005, p.238).

A lei suprema brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 1º, diz: “todo poder emana do povo que poderá exercê-lo por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Visto as limitações da democracia representativa e as possibilidades de intervenção na realidade, buscamos incessantemente formar cidadãos para exercer a democracias direta ou participativa, o que certamente motivará a população a executar e acompanhar as políticas públicas de autoria compartilhada.

Segundo Sachs (2004), a democracia direta deve evoluir na direção de formar conselhos consultivos e deliberativos, contudo apontando mais diretamente para os deliberativos para que os esforços despendidos no processo de participação sejam efetivamente postos em prática, para que a mobilização dos atores sociais seja permanentemente motivada de forma a empoderar as comunidades, para que elas assumam um papel ativo e criativo no desenho do seu futuro.

Dowbor (2003) especifica um pouco mais como a democracia direta (ou participativa) vem sendo internalizada pelas administrações locais.

As administrações locais devem criar foros de elaboração de consensos em torno dos foros representações das empresas, dos sindicatos, das organizações comunitárias, das organizações não-governamentais, das instituições de pesquisa, dos diversos níveis de administração pública presentes no município, de forma a assegurar que a gestão se torne mais participativa. (DOWBOR, 2003, p. 53).

Tais formações de conselhos, de foros, nos levam ao exercício do planejamento participativo que, segundo Beni (2006, p.64),

Reduz custos e aumenta a eficiência do modelo a ser apresentado, bem como a eficácia do processo. A gestão participativa forma gestores locais e regionais, e multiplica o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes nos diversos processos, promovendo o desenvolvimento local.

No entanto, as dimensões de como ocorrem as participações, bem como sua qualidade e sua motivação, são diferentes. Tais diferenças dos tipos de participação são apresentadas por Díaz e Bordenave (1994, p.27-9):

- *espontâneas* (grupos de vizinhos, “panelinhas”, “gangs”): sem organização estável ou propósitos definidos, pretendem a satisfação psicológica de pertencer, expressar-se, dar e receber afeto, obter reconhecimento e prestígio;

- *impostas* (rituais de iniciação, disciplina escolar, exército): o indivíduo, para fazer parte do grupo, é obrigado a realizar certas atividades;

- *voluntárias* (sindicatos, associações profissionais, cooperativas): quando o grupo é criado pelos próprios participantes para a realização de objetivos comuns através de organização e métodos também próprios.

- *provocadas, dirigidas ou manipuladas* (extensão rural, serviço social, desenvolvimento de comunidade, educação em saúde, trabalhos de pastoral): quando agentes externos “ajudam” o grupo, através da manipulação, a atingir seus próprios objetivos:

- *concedidas* (participação nos lucros e decisões das empresas): parte da influência dos ‘hierarquicamente’ subordinados, passa a ser considerada legítima pelos superiores.

Os graus e níveis de participação dependem do controle que os membros têm das decisões e da importância dessas mesmas decisões, e são os seguintes:

A *informação* é o menor grau e acontece quando os dirigentes informam aos participantes das decisões já tomadas, e a reação dos membros ou sua expressão configuram o processo participativo.

A *elaboração/recomendação* é um outro grau de participação, quando são feitas propostas para administração, que aceita ou rejeita, mas justifica.

A *co-gestão* é, sem dúvida, o grau de participação desejado para os setores públicos e privados, caracteriza-se pela partilha de mecanismos de co-decisão; o próprio grupo determina seus objetivos e os meios para concretizá-los.

O planejamento participativo pauta-se na participação *voluntária e provocada*, por meio da consolidação da educação, enfatizando-se a necessidade da co-gestão, de modo que os cidadãos possam exercer um certo controle sobre seu destino, através das possibilidades de regulação e de fiscalização do mercado. Isto pode ser suprido pela economia solidária e pela gestão ambiental (ver a seguir) utilizando-se sempre de uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento projetado para sua localidade. Segundo Coimbra (2002,p.285),

A sociedade não pode furtar-se ao planejamento do seu futuro, à organização e à disciplina para superar os obstáculos, a fim de prover-se do necessário à vida em seus múltiplos aspectos. Esta é a rotina imposta pelo cotidiano, a ser administrada comunitária e solidariamente, não havendo lugar para heroísmos isolados.

Ainda, Rezende e Castor (2005) em seu livro planejamento estratégico municipal, acrescentam que o planejamento não pode prescindir da participação ativa da comunidade em sua elaboração, acompanhamento e permanente avaliação, uma vez que a população não é apenas o objeto de suas preocupações, mas igualmente o sujeito político da determinação de prioridades e preferências.

Assim, torna-se imprescindível uma educação eficaz que demonstre a todos a interdependência entre as diversas áreas que configuram a complexidade da realidade, para que tenham condições de estabelecer as relações de causa e efeito e utilizem da melhor forma as ferramentas necessárias à construção de uma sociedade sustentável. Nesse sentido, algumas considerações devem ser feitas em relação à educação popular, que tem como pressuposto a emancipação, a autonomia, pressupostos também da educação ambiental.

A especificidade da educação popular encontra-se na sua concepção, no seu compromisso de classe e na sua ligação orgânica com o movimento popular. Freire (1987) ressalta a necessidade de libertação, de autonomia, de

emancipação. Ele argumenta fortemente que a educação deve adotar uma postura problematizadora da realidade para que, ao compreender sua realidade, todos possam perceber a importância e a necessidade de se adotar uma postura participativa, o que, por meio da organização de grupos, alcance maior representatividade junto ao poder público.

Um dos segmentos mais utilizados, hoje no processo de co-gestão com o poder público é o orçamento participativo, e segundo Coimbra (2002), “entende-se o orçamento participativo como o único procedimento para se alcançar objetividade econômico-social e administrativa. São os contribuintes, é a comunidade que garante a sustentabilidade, não são os burocratas rotineiros e despreparados, quando não, mal-orientados”.

Nesta citação ressalta-se que a comunidade precisa apropriar-se das decisões sobre a destinação dos recursos financeiros da gestão pública, para que possa decidir sobre quais são os investimentos prioritários para que se garanta melhor qualidade de vida. Outra questão a ser considerada passa pelo acompanhamento da comunidade das condições da infra-estrutura urbana.

Depois de alocados os recursos de maneira participativa, considerando a situação do município, deve-se enfatizar seu desenvolvimento econômico, o que pode ser feito através da economia solidária, pois a mesma garante bases sustentáveis para o crescimento.

## **2.1 Educação e economia solidária**

Refletamos sobre a economia solidária em sua relação com a sustentabilidade econômica, social, cultural no turismo, como uma forma alternativa de organização social e produtiva. O turismo é tido como uma atividade econômica capaz de amenizar a pobreza em determinadas regiões brasileiras, mas não tem sido capaz de superar as desigualdades sociais, onde ricos e pobres se apresentam como classes antagônicas.

Sendo assim, o turismo com seu potencial educacional, por meio da sensibilização do turista e da população, deixa a desejar, pois trata de reproduzir a lógica do capital, que provoca desigualdades.

Ao perceber tal contexto, pesquisadores que se preocupam com a sustentabilidade no turismo e com sua possibilidade de transformação social, ficam perplexos. Contudo, visualizam uma “luz ao fim do túnel”, ao propormos a economia solidária como uma nova forma de organização econômica e social que responda às exigências de uma sociedade sustentável.

O formato econômico atual já mostrou ser ineficiente em termos de seu compromisso social, assim, cabe ao turismo preocupar-se com injustiças, antagonismos, degradação ambiental, proporcionando novas alternativas, para assumir seu compromisso .

A economia solidária é parte desse compromisso, pois contribui com a sustentabilidade através de seus princípios onde predomina a democracia, a emancipação, a solidariedade, o cooperativismo, e a autogestão.

Segundo Paul Singer, a economia solidária se caracteriza pela “associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (Singer, 2002, p. 9).

Ao analisarmos Rousseau (1999) encontramos uma contribuição, um incentivo à construção de relações solidárias como forma de romper com as injustiças características das opressões sociais:

Unamo-nos para garantir o fim da opressão dos fracos, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence: instituímos regulamentos de justiça e de paz com os quais todos sejam obrigados a se conformar, que não façam distinção entre indivíduos e que reparem de alguma maneira os caprichos da fortuna, submetendo igualmente o poderoso e o fraco a mútuos deveres.... (ROUSSEAU, 1999, p. 77).

Frente a isto, traçamos relações entre ação solidária dentro do processo produtivo com o trabalho na educação, como incita Brandão (2005, p.18):

A educação, parte integrante do universo social da cultura, tem aqui um lugar de maior importância. Cabe a ela a tarefa de participar de todo o trabalho de criação de pessoas, não apenas capacitadas para o trabalho produtivo segundo as leis do mercado, mas pessoas educadas para serem agentes críticos e

criativos na criação de seus próprios mundos sociais. Sujeito de suas vidas, atores de sua história.

De acordo com esta citação, a economia solidária e a educação caminham juntas, pois ambas são regidas pela instauração de uma nova ordem produtiva que enfatiza as contradições presentes nas relações sociais.

## **2.2 Educação e Gestão ambiental**

Passaremos a discorrer sobre a gestão ambiental, enfocando a questão da sustentabilidade ecológica. Vejamos como a gestão ambiental, impulsionada pela educação, pode contribuir para que formas de regulação ambiental possam ser explicitadas e internalizadas, enfatizando o compromisso de todos os setores da sociedade civil na promoção da sustentabilidade.

Começemos citando Pimentel (2006) que diz:

Uma gestão ambiental sustentável deverá permear todos os setores da sociedade, constituindo-se, basicamente, em um processo inteligente de negociação de propósitos, aparentemente diferente, mas que, com certeza, podem ser mediados, visando à conciliação do interesse do desenvolvimento da sociedade humana, por meio da manutenção do equilíbrio ambiental, em que a sociedade e o poder público cobrarão e implementarão ações preconizadas, dentro de uma visão incorporada de totalidade. (PIMENTEL, 2006, p. 65).

Os instrumentos de participação na gestão ambiental, que se apresentam como fundamentais pela articulação poder público e sociedade são os conselhos de meio ambiente (municipais, estadual e nacional), que, formados pela sociedade civil, empresas, instituições de ensino e poder público, ficam encarregados de estabelecer normas e padrões de desenvolvimento, condizentes com a melhoria da qualidade ecológica, devendo se responsabilizar pela fiscalização e avaliação dos processos produtivos implantados, e empreendimentos turísticos.

Segundo Philippi Jr. et al (1999, p.117), "...a possibilidade de participação da sociedade civil organizada nos processos de decisão, através dos Conselhos de Meio Ambiente, poderá garantir o prosseguimento de ações e políticas públicas, uma vez que poderá sujeitar o governo ao alto custo político da decisão de interrompê-los".

No entanto, essa participação só ocorrerá na medida em que a população tomar consciência dos problemas ambientais existentes em sua cidade, por meio da educação em seu sentido lato, buscando espaços para discussão e deliberação através dos conselhos de meio ambiente.

Assim, entra em cena a questão da participação popular, caracterizada pela luta ou pela exigência de uma coletividade, para transformar ou alterar o rumo de um determinado processo de desenvolvimento social, econômico, tecnológico ou científico. Para isso, devemos trabalhar com uma educação que torne os atores sociais capazes de ação política, conseguindo visualizar claramente quais devem ser as alternativas buscadas, para que a gestão ambiental ganhe eficiência.

Segundo Philippi Jr. et al (1999, p.125), as principais alternativas a serem buscadas pela gestão ambiental, são:

- Fortalecer os órgãos municipais do meio ambiente, principalmente através de estruturação e capacitação técnica,
- Capacitar o município para elaboração de normas de controle ambiental relacionadas às questões de âmbito local.
- Promover processos de capacitação técnica dos quadros de servidores municipais
- Resgatar o planejamento integrado em médio prazo, incluindo a variável ambiental.
- Eleger as prioridades do município para sistematizar as ações e planejar a ação fiscalizadora.

Destacaremos a seguir quais são os principais temas que configuram a gestão ambiental para que a comunidade possa exigir seu cumprimento:

- **planos diretores e planejamento ambiental:** a elaboração do Plano Diretor é obrigatória a cidades com mais de 20.000 habitantes. O Plano Diretor deve realizar conferências para que a população possa ajudar a decidir quais são as ações prioritárias para sua localidade, sempre internalizando os riscos ambientais advindas das mesmas.

- **água e esgoto:** é de fundamental importância que a população conheça como vem sendo realizada a gestão da água e do esgoto, para que possa assegurar a saúde de sua comunidade.

- **resíduos sólidos:** os resíduos sólidos devem ser acompanhados de uma política ambiental que priorize a reciclagem e a reutilização dessas matérias, no entanto, é imprescindível um serviço de coleta eficaz e de um sistema de aterro condizente com os diferentes resíduos.

- **poluição industrial:** a sociedade deve estar atenta para poluição causada pelas indústrias e exigir do poder público, ações eficazes para que a indústria internalize as externalidades, ou seja, o que era, até então, descartado como sobra do processo produtivo, deve ser retornado para empresa para que seja tratado.

- **cidadania ambiental:** deve ser alavancada pela educação ambiental para que os meios de participação da gestão ambiental do seu município, venham ser utilizados, como forma de garantir seus direitos e deveres. A cidadania ambiental faz parte de uma dinâmica participativa e solidária, que pode transformar profundamente os lugares e as comunidades em que se implanta.

Passaremos a identificar outros temas, oferecendo a bibliografia necessária para uma maior aprofundamento (Philippi Jr. et al, 1999), pois já ficou evidente a importância da gestão ambiental e da educação para sustentabilidade da atividade turística:

- ruídos e conflitos urbanos de vizinhança;
- poluição do ar por fontes móveis;
- áreas verdes: criação e manutenção;
- comércio e prestação de serviços impactantes.

Sabemos que pode parecer ‘devaneio’ esperar que todas essas alternativas venham a ser devidamente trabalhadas, porém, é papel da educação abrir um leque de possibilidades pelas quais possam tomar forma sociedades sustentáveis. Complementando os caminhos que podem nos levar na direção da construção de tais sociedades sustentáveis, analisemos Beni (2006, p.31):

...somente as regiões que mostrarem mobilização para o desenvolvimento regional e clareza no processo decisório, além de entendimento da necessidade de trabalhar estratégias integradas de desenvolvimento, é que conseguirão se beneficiar com as oportunidades existentes, bem como se destacar como destinações competitivas.

### **3. Considerações Finais**

A educação é de fato, o principal setor a ser trabalhado como aliado na sustentabilidade da atividade turística, visto que proporciona aos munícipes serem sujeitos de sua própria história, invés de fantoches manipulados por terceiros.

Temos visto que quando o sentimento de comunidade é fortalecido a luta contra os interesses individuais e estritamente econômicos, que não consideram a complexidade que envolve o fenômeno turístico ganha força.

A comunidade, com consciência crítica utiliza-se do planejamento participativo para fazer valer seus ideais a uma vida digna, passam a regular o estado e o mercado, através de conselhos, do orçamento participativo, e promovem a proteção ecológica através da gestão ambiental compartilhada e através da economia solidária que reduzem as discrepâncias entre ricos e pobres, ganhando bases econômicas sustentáveis.

Assim a atividade turística terá maiores possibilidades de amenizar seus possíveis processos de saturação e declínio mantendo-se em harmonia com as condições ambientais em suas diferentes dimensões.

### **Referencias Bibliográficas :**

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: promulgada em 5 out. 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional n.22, 18 mar. 1999, acompanhada de notas remissivas e dos textos, integrais, das ementas constitucionais e das ementas constitucionais de revisão. 22. ed. rev.e.ampl. São Paulo: Saraiva, 1999. 273p (Coleção Saraiva de Legislação)

BRANDÃO, C. R. IN: SOUZA, I.A [et.al]. **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: 2005

DOWBOR, L. A **Reprodução social**: descentralização e participação – As novas tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

COIMBRA, A. **O outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: Millennium, 2002.

FREIRE, P **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEFF, E.. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

PHILIPPE JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Desenvolvimento de cursos e projetos em Educação Ambiental**. São Paulo: Signus, 2000.

PIMENTEL, C.E. Gestão Ambiental para o turismo. In:Queiroz, O.T.M.M. (org). **Turismo e ambiente: temas emergentes**. Campinas,SP:Alínea, 2006

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

SANTOS, B. S **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.